



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

## **OCCASIONAL PAPER 24**

**Gordon Brown e a União Europeia**

*Bernardo Pires de Lima, Instituto de Defesa Nacional*

Junho de 2007



Numa altura em que as chancelarias europeias estão tomadas pela urgência na definição de um novo modelo de Tratado que enquadre a União Europeia (UE) a vinte e sete, uma das três principais potências europeias está a braços com uma mudança na sua liderança. A Grã-Bretanha de Tony Blair verá, pelo menos nos próximos três anos, Gordon Brown à frente dos seus destinos. Este facto merece uma análise um pouco mais cuidada sobre os indicadores que ligam Brown à UE, além de permitir tirar algumas conclusões sobre duas matérias fundamentais: (1) que tipo de Tratado podemos esperar; (2) que alinhamento transatlântico emergirá na nova fase europeia.

O legado europeísta de Blair é indiscutível. Saldou-se por uma caminhada rumo ao seu centro, embora tenha ficado, na perspectiva da maioria dos observadores, aquém das ambições. Não pomos em causa esta leitura. Blair procedeu a diversos passos no sentido de se constituir como o mais europeísta dos líderes britânicos das últimas décadas (a par de Edward Heath), mas terá colocado a fasquia demasiado alta no ímpeto reformista que lhe tentou incutir, além de não ter concretizado a entrada na Moeda Única.

Pelo que tem afirmado e dado o seu perfil, Gordon Brown não divergirá muito deste rumo. Não devemos esperar um Primeiro-ministro hostil e muito menos que inverta radicalmente o rumo que a relação entre Londres e a UE tomou na última década. Argumentar-se-á que imperativos eleitoralistas (legislativas em 2009/10) obrigaram Brown a agradar à imprensa eurocéptica (de Rupert Murdoch e Paul Dacre) e ao eleitorado de centro, que vem dando boas sondagens aos Conservadores de David Cameron. No entanto, não nos parece que o perfil rigoroso do até agora Ministro das Finanças acabe por cair nessa tentação. Até porque ele é um defensor dos interesses britânicos e, na sua concepção, estes defendem-se num agenda europeia alargada e que contemple uma série de objectivos que vem defendendo para a política externa britânica.

É verdade que muitas das chancelarias europeias estão apreensivas quanto ao rumo que Brown dará à sua política europeia. Na nossa perspectiva, este estado de espírito carece de veracidade. Em primeiro lugar, porque Brown tem, de facto, uma agenda sólida para a UE, que passa, sobretudo, por três dimensões, sobre as quais tem discorrido diversas vezes: económica, ambiental e externa.

A económica, aquela que lhe é mais cara, passa por uma “Europa global” mais flexível, reformista, aberta e universalmente orientada. Isto significa, em traços gerais, que Brown não teme a concorrência das potências emergentes, nomeadamente da China e a Índia, propõe uma liberalização europeia em matérias como as telecomunicações, electricidade e gás; uma flexibilização do mercado laboral e é amplamente favorável à criação de um mercado transatlântico que reforce as ligações entre a Europa e os EUA. Neste ponto, Brown tem em Angela Merkel uma aliada fiel.

Por outro lado, Brown partilha com Blair a necessidade de uma reforma do orçamento comunitário, que passe a privilegiar a educação, a investigação e desenvolvimento e a ciência, em detrimento da avultada fatia destinada à política agrícola comum. Nesta matéria, ao contrariar uma tendência proteccionista europeia, Brown entronca um dos seus pontos centrais no que

toca à política externa que preconiza: liberalizar significa auxiliar os países mais pobres, sobretudo África.

Na área do ambiente, Brown procura também encurralar a agenda dos Conservadores nesta matéria. Ao colocar no topo da sua agenda política, fá-la coincidir com uma das prioridades da UE para os próximos anos. Tanto ele como o seu eterno *deputy*, Ed Balls (que muitos apontam como futuro vice-Primeiro-ministro) querem que Londres lidere o desafio das alterações climáticas, da redução de gases e do desenvolvimento sustentável. Desejando liderar o tema na Europa, Brown remete para segundo plano a visibilidade de uns *green Tories* remetidos para a Oposição nos três anos que se seguem.

Por fim, a agenda externa. Se o ambiente e África estão no âmago das atenções, a capacidade institucional da UE em actuar no sistema internacional também o está. Para isso, Brown pretende que seja alcançado um Tratado minimalista quanto à intenção federalista, que enfatize a cooperação inter-governamental, garantindo que a política externa seja pragmática como a britânica e bilateral, de preferência. Brown fugirá da tentação de colocar o Tratado a referendo recorrendo, em caso de acordo com Sarkozy e Merkel sobre o conteúdo e forma do documento, à ratificação parlamentar. Mas tudo depende, ainda, da aceleração que o processo de negociação entre os Estados tiver e do próprio envolvimento que Blair possa ter nesta recta final de actuação política.

De acordo com as últimas análises, Blair tentará deixar negociada a posição britânica no Conselho Europeu de 22/23 de Junho. Isto significa o antagonismo à inclusão no Tratado da Carta dos Direitos Fundamentais podendo admitir algumas concessões em matérias como a política externa, por exemplo. Brown, teria “apenas” que o fazer aprovar internamente, de preferência antes da revisão do orçamento europeu (2008) e, por certo, bem antes das eleições europeias (2009), onde seria confrontado com a exigência de um referendo pelos Conservadores e pela imprensa numa data demasiado em cima da legislativas. Dadas as condicionantes políticas, outra variável merece ser tida em conta: Brown não é conhecido pela sua habilidade diplomática. Ao contrário de Blair, este facto obrigá-lo-á a não hostilizar em demasia os aliados nem a recorrer a uma retórica nacionalista que o remeta ao isolamento. Pragmatismo *oblige*.

Por fim, resulta da análise destes dados, que Brown não promoverá uma cega e ambiciosa política europeia, antes será um pragmático como sempre foi. Defenderá os interesses britânicos e europeus de forma gradual e, em caso de convergência não hesitará em promover uma agenda que, no plano dos objectivos traçados pelo próprio, tem mais em comum do que divergências. O facto de ser um reformista em matérias de fundo da UE não faz de Gordon Brown um antagonista do seu processo de integração. Ele é entusiasta do projecto desde os tempos em que o *Labour* estava na Oposição, foi sempre um defensor dos alargamentos, deseja uma UE unida aos EUA, frontal e com personalidade, num eixo transatlântico como há muito não se via, com Sarkozy e Merkel ao seu lado. Nada disto revela anti-europeísmo, nem anti-americanismo. Pelo contrário: é genuinamente realista ter uma abordagem global dos problemas, concentrando esforços naquilo que, com eficácia, pode Londres e a UE concretizarem.

Este último ponto releva para uma situação interessante. A política europeia é, de facto, uma das linhas da agenda internacional de Gordon Brown. A sua Grã-Bretanha deve ser capaz de liderar o debate ambiental, o combate à pobreza, a reforma institucional da UE e ter uma cooperação com os EUA adulta do ponto de vista do jogo de perdas e ganhos. Para Brown, a UE é um dos vectores de uma agenda global. Por isto, também, a linha de continuidade com a política externa de Blair será um facto, mesmo que rodeada de mais cautelas políticas: um papel de pivot internacional para a Grã-Bretanha; um lugar no sistema que redimensione a sua dupla vocação, cada vez mais entre a Europa e os EUA.

É certo que existem inúmeras condicionantes à prossecução desta análise. Constrangimentos de política interna, relacionamentos pessoais, mutações na economia mundial, ataques terroristas ou a ameaça de nuclearização de um Estado pária. Mas de um aspecto podemos ter a certeza: a Europa será fundamental para a política de Brown, para a concretização da sua agenda e para os próprios interesses nacionais britânicos.